COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB CREDICENM

CNPJ: 02.173.447/0001-98

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em reais - R$)

ATIVO		30/06/2016	30/06/2015
Circulante	Nota	58.578.870,28	47.466.559,57
Disponibilidades		3.846.814,22	2.218.481,95
Relações Interfinanceiras	4	32.003.521,23	23.982.016,35
Centralização Financeira - Cooperativas		32.003.521,23	23.982.016,35
Operações de Crédito	5	21.060.941,81	19.766.046,44
Operações de Crédito		21.641.110,19	20.141.872,24
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(580.168,38)	(375.825,80)
Outros Créditos	6	880.404,47	701.669,12
Rendas a Receber		473.191,61	320.334,89
Diversos		444.205,01	418.766,74
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(30.580,45)	(25.432,51)
Outros Valores e Bens	7	787.188,55	798.345,71
Outros Valores e Bens		763.816,45	779.816,45
Despesas Antecipadas		23.372,10	18.529,26
Realizável a Longo Prazo		11.084.202,06	7.782.973,45
Operações de Crédito	5	11.077.790,36	7.770.973,45
Operações de Crédito		11.077.790,36	7.770.973,45
Outros Créditos	6	6.411,70	12.000,00
Diversos		6.411,70	12.000,00
Permanente		2.710.482,01	2.045.503,77
Investimentos	8	1.298.180,25	1.101.708,77
Participações em Cooperativas		1.298.180,25	1.101.708,77
Imobilizado em Uso	9	1.185.530,94	678.823,88
Imóveis de Uso		2.182.309,75	1.478.548,29
(Depreciações Acumuladas)		(996.778,81)	(799.724,41)
Intangível	10	161.947,41	183.681,08
Ativos Intangíveis		488.817,64	461.654,03
(Amortização Acumulada)		(326.870,23)	(277.972,95)
Diferido	11	64.823,41	81.290,04
Gastos de Organização e Expansão		269.973,41	269.973,41
(Amortização Acumulada)		(205.150,00)	(188.683,37)
TOTAL DO ATIVO		72.373.554,35	57.295.036,79

PASSIVO		30/06/2016	30/06/2015
Circulante	Nota	59.377.809,28	46.859.173,60
Depósitos	12	57.869.220,97	45.463.825,38
Depósitos à Vista		12.170.646,49	9.297.617,75
Depósitos a Prazo		45.698.574,48	36.166.207,63
Relações Interfinanceiras	13	112.428,69	132.234,18
Repasses Interfinanceiros		112.428,69	132.234,18
Relações Interdependências		410,74	255,38
Recursos em Trânsito de Terceiros		410,74	255,38
Outras Obrigações	14	1.395.748,88	1.262.858,66
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		52.830,48	35.770,16
Sociais e Estatutárias		161.482,22	292.170,73
Fiscais e Previdenciárias		187.416,62	146.086,95
Diversas		994.019,56	788.830,82
Realizável a Longo Prazo		335.828,57	453.910,22
Relações Interfinanceiras	13	335.828,57	453.910,22
Repasses Interfinanceiros		335.828,57	453.910,22
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	13	-	-
Outras Instituições			
Patrimônio Líquido	16	12.659.916,50	9.981.952,97
Capital Social		8.098.131,94	6.920.351,02
De Domiciliados no País		8.134.793,35	6.934.827,07
(Capital a Realizar)		(36.661,41)	(14.476,05)
Reserva de Lucros		3.403.540,73	2.421.825,65
Sobras Acumuladas		1.158.243,83	639.776,30
TOTAL		72.373.554,35	57.295.036,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em reais - R$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Expansão		
Saldos em 31/12/2014	6.968.899,37	(6.163,80)	1.164.915,90	-	1.256.909,75	9.384.561,22
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao FATES						
Constituição de Reservas			879.836,83	377.072,92	(1.256.909,75)	
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	405.018,63	(8.312,25)				396.706,38
Por Devolução (-)	(439.090,93)					(439.090,93)
Estorno de Capital						-
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					639.776,30	639.776,30
Provisão de Juros ao Capital						
Saldos em 30/06/2015	6.934.827,07	(14.476,05)	2.044.752,73	377.072,92	639.776,30	9.981.952,97
Saldos em 31/12/2015	8.054.830,96	(17.029,92)	2.161.097,93	-	1.307.834,52	11.506.733,49
Destinação de Sobras Exercício Anterior			850.092,44	392.350,36	(1.242.442,80)	
Ao FATES						
Constituição de Reservas						
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	747.362,93	(19.631,49)				727.731,44
Por Devolução (-)	(667.400,54)					(667.400,54)
Sobras ou Perdas Líquidas					1.158.243,83	1.158.243,83
Subscrição do Juros ao Capital						-
IRRF sobre Juros ao Capital						-
FATES - Atos Não Cooperativos					(65.391,72)	(65.391,72)
Destinação das Sobras ou Perdas:						-
. Fundo de Reserva					-	-
. F A T E S						-
Saldos em 30/06/2016	8.134.793,35	(36.661,41)	3.011.190,37	392.350,36	1.158.243,83	12.659.916,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em reais - R$)

Descriminação	30/06/2016	30/06/2015
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.033.865,25	3.957.337,54
Operações de Crédito	5.033.865,25	3.957.337,54
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(3.044.550,03)	(2.012.178,48)
Operações de Captação no Mercado	(2.759.701,60)	(1.912.164,70)
Operaçãoes de Empréstimos, Cessões e Repasses	(10.228,27)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(274.620,16)	(100.013,78)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.989.315,22	1.945.159,06
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	(746.105,99)	(1.259.426,40)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	1.205.388,82	807.978,61
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	705.533,62	474.242,99
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(2.285.162,79)	(1.910.487,87)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(2.219.970,11)	(1.969.610,40)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(72.585,27)	(76.070,59)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais	117.387,28	73.570,65
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.961.257,71	1.387.453,25
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais	(157.955,25)	(46.503,04)
RESULTADO OPERACIONAL	1.243.209,23	685.732,66
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.954,99	5.925,32
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.251.164,22	691.657,98
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(92.920,39)	(51.881,68)
Provisão para Imposto de Renda	(50.452,61)	(27.926,05)
Provisão para Contribuição Social	(42.467,78)	(23.955,63)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	1.158.243,83	639.776,30
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em reais - R$)

DESCRIÇÃO	30/06/2016	30/06/2015
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Semestre	1.251.164,22	691.657,98
IRPJ / CSLL	(92.920,39)	(51.881,68)
Provisão para Operações de Crédito	93.725,20	(181.201,91)
Provisão de Juros ao Capital	-	-
Depreciações e Amortizações	144.626,62	110.473,80
	1.396.595,65	569.048,19
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Operações de Crédito	(554.601,68)	(2.960.144,78)
Outros Créditos	(182.867,01)	(198.941,44)
Outros Valores e Bens	43.606,12	(692.507,56)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos a Vista	2.116.539,46	767.010,55
Depósitos sob Aviso	-	-
Depósitos a Prazo	4.080.451,95	4.078.116,14
Outras Obrigações	(41.778,44)	109.431,37
Relações Interdependências	410,74	255,38
Relações Interfinanceiras	(13.381,76)	(10.890,91)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	6.844.975,03	1.661.376,94
Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizações de Uso	36.040,25	
Aplicação no Diferido		
Inversões em Imobilizado de Uso	(411.324,42)	(183.028,48)
Inversões em Investimentos	(96.577,78)	(69.341,49)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(471.861,95)	(252.369,97)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	727.731,44	396.706,38
Devolução de Capital à Cooperados	(667.400,54)	(439.090,93)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	(65.391,72)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(5.060,82)	(42.384,55)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	6.368.052,26	1.366.622,42
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	29.482.283,19	24.833.875,88
No Fim do Período	35.850.335,45	26.200.498,30
Variação Líquida das Disponibilidades	6.368.052,26	1.366.622,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM JUNHO DE 2016 E 2015 – (Valores expressos em reias)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENM, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/09/1997, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO MG – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A SICOOB CREDICENM possui Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades:

- Virginópolis/MG, situado na Rua Padre Félix, 310, Centro, CEP: 39730-000;
- Braúnas/MG, situado na Rua São José, 57, Centro, CEP: 35.189-000;
- Dom Joaquim/MG, situado na Rua José Thomaz Neto, 17, Centro CEP: 35.865-000;
- Itamarandiba/MG, situado na Av. Fernão Dias, 06, Centro, CEP: 39.670-000;
- Peçanha/MG, situado na Rua Horácio de Freitas, 74 Centro, CEP: 39.700-000;
- Santa Maria do Suaçuí/MG, situado na Rua Serafim Peixoto, 47, CEP: 39.780-000;
- Sabinópolis/MG, situado na Pç Monsenhor Amantino, 27, Centro, CEP: 39.750-000;
- São Sebastião do Maranhão/MG, R. Cônego Lafaiete, 555, Centro, CEP: 39.795-000;
- Serro, situado na R. Antônio Honório Pires, 118-E, Centro, CEP: 39.150-000;
- Conceição do Mato Dentro, situado à Av JK, 51 sala 04, Centro, CEP:35.860-000;
- Rio Vermelho, situado à Praça Nossa Senhora da Pena, 176, Centro, CEP:39.170-000.

O SICOOB CREDICENM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 14/04/2010 ocorreu a transformação do SICOOB CREDICENM para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 13/05/2010.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 28/07/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº1.376/2011.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Caixa e depósitos bancários	3.846.814,22	2.218.481,95
Relações interfinanceiras - centralização financeira	32.003.521,23	23.982.016,35
TOTAL	35.850.335,45	26.200.498,30

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses,

quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos até 31/12/2014, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de Junho de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subseqüentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subseqüente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de Junho de 2016.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de junho de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	32.003.521,23	23.982.016,35
TOTAL	32.003.521,23	23.982.016,35

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2016			30/06/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	77.614,71	0,00	77.614,71	87.172,39
Empréstimos	14.388.838,29	10.590.443,85	24.979.282,14	19.574.172,83
Títulos Descontados	6.875.420,67	0,00	6.875.420,67	7.098.007,94
Financiamentos	186.807,83	187.004,80	373.812,63	604.064,24
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	112.428,69	300.341,71	412.770,40	549.428,29
(-) Provisões para Operações de Crédito	580.168,38	0,00	580.168,38	375.825,80
TOTAL	21.060.941,81	11.077,890,36	32.138.732,17	27.314.261,16

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD/AD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016	Total em 30/06/2015	Provisões 30/06/2015
AA	-	Normal	1.513.791,07	0,00	215.802,00	1.729.593,07		1.552.235,17	
A	0,5%	Normal	18.724.470,09	294.662,98	196.968,40	19.216.101,47	96.080,51	19.697.084,10	98.485,42
B	1%	Normal	9290505,74	60.913,98	0,00	9.351.419,72	93.514,20	5.035.911,48	50.539,11
B	1%	Vencidas	631955,59	11.339,16	0,00	643.294,75	6.432,95	554.046,83	5.540,46
C	3%	Normal	631.131,67	6.896,51	0,00	638.028,18	19.140,85	300.806,90	9.024,35
C	3%	Vencidas	235.138,74	0,00	0,00	235.138,74	7.054,16	139.101,07	4.173,03
D	10%	Normal	244.171,35	0,00	0,00	257.371,35	25.737,14	140.863,56	14.086,35
D	10%	Vencidas	129.196,92	0,00	0,00	129.196,92	12.919,69	116.538,80	11.653,88
E	30%	Normal	134.801,95	0,00	0,00	143.785,24	43.135,57	130.974,61	39.292,38
E	30%	Vencidas	76.476,74	0,00	0,00	88.266,43	26.479,93	66.331,41	19.899,42
F	50%	Normal	40.896,88	0,00	0,00	40.896,88	20.448,44	87.864,05	43.932,03
F	50%	Vencidas	19.399,19	0,00	0,00	22.646,22	11.323,11	22.224,15	11.112,08
G	70%	Normal	5.640,14	0,00	0,00	5.640,14	3.948,10	364,58	255,20
G	70%	Vencidas	105.374,62	0,00	0,00	118.599,94	83.019,96	1.622,89	1.136,02
H	100%	Normal	77.750,32	0,00	0,00	77.750,32	77.750,32	14.711,08	14.711,08
H	100%	Vencidas	71.616,51	0,00	0,00	83.763,81	83.763,81	52.165,01	52.165,01
Total Normal			30.663.159,21	362.473,47	412.770,40	31.438.403,08	0,00	26.960.815,53	270.145,91
Total Vencidos			1.269.158,31	11.339,16	0,00	1.280.497,47	0,00	952.030,16	105.679,89
Total Geral			31.932.317,52	373.812,63	412.770,40	32.718.900,55	0,00	27.912.845,69	375.825,80
Provisões			-576.780,76	-2402,78	-984,84	-580.168,38		-375.825,80	
Total Líquido			31.355.536,76	371.409,85	411.785,56	32.138.732,17		27.537.019,89	

Em maio de 2015 ocorreu a implantação da nova Plataforma de Risco de Crédito – PRC que contém um conjunto de 14 (quatorze) metodologias para avaliação de risco de tomadores e do risco das operações de crédito, em consonância com o preconizado na Resolução CMN nº 2.682/99. Desde então, as cooperativas podem utilizar a PRC para subsidiar as suas decisões de crédito. A avaliação de risco das operações é feita com base em Estimação de Perdas (PE) e parte da combinação do risco do tomador (PD – Probabilidade de Descumprimento) com o componente de risco Perda Dado o Descumprimento (LGD, em inglês), que é definido em função das garantias vinculadas.

Em 30/06/2016, 100% do saldo devedor das operações de crédito já encontravam-se avaliados por essas novas metodologias.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
EMPRESTIMOS	3.151.489,84	6.824.617,98	10.590.443,85	20.566.551,67
TITULOS/CHEQUES DESCONTADOS	6.420.605,61	454.815,06		6.875.420,67
FINANCIAMENTOS	70.906,35	115.901,48	187.004,80	373.812,63
FINANCIAMENTOS RURAIS		112.428,69	300.341,71	412.770,40
TOTAIS	9.643.001,80	7.507.763,21	11.077.790,36	28.228.555,37

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	504.852,47	576.402,39
Constituições/Reversões	273.893,07	85.223,48
Transferência para prejuízo	(167.996,71)	(260.377,56)
TOTAL	610,748,83	401.258,31

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2016	% Carteira Total	30/06/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	485.773,19	1,48%	799.112,83	2,86%
10 Maiores Devedores	3.589.645,43	11,65%	4.443.007,86	15,92%
50 Maiores Devedores	9.890.367,68	30,18%	10.342.841,40	37,05%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial	1.428.809,94	1.182.891,34
Valor das operações transferidas no período	167.996,71	260.377,56
Valor das operações recuperadas no período	(10.838,56)	(66.652,40)
TOTAL	1.585.968,09	1.376.616,50

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2016	30/06/2015
Avais E Fiancas Honrados	49.392,63	0,00
Rendas A Receber (a)	473.191,61	320.334,89
Diversos (b)	394.812,38	418.766,74
(-) Provisoes Para Outros Creditos	-30.580,45	-25.432,51
TOTAL	886.816,17	713.669,12

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE R$367.668,91; rendas a receber da previdência social – INSS R$648,35; convênios R$52.130,04; cartões R$47.647,43; domicilio bancário R$3.683,72 e outras rendas R$1.413,16.

(b) Refere-se a adiantamento 13º salário R$92.349,31, adiantamento férias R$13.948,71; fundo fixo R$9,51; imóveis não de uso próprio R$13.200,00; interposição de recurso trabalhista R$7.956,63; para interposição de outros recursos fiscais R$1.173,96 valores a restituir PERDCOMP R$193.966,74; título de crédito a receber R$52.932,96; devedores diversos R$19.274,56.

7. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Bens Não de Uso Próprio	763.816,45	779.816,45
Despesas Antecipadas (b)	23.372,10	18.529,26
TOTAL	787.188,55	798.345,71

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) referentes a prêmios de seguros R$6.731,22; contribuição cooperativista R$8.284,06, contribuição patronal R$4.196,81 e processamento de dados R$4.160,01.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Participações em cooperativa central de crédito	1.186.627,42	1.101.708,77
Participações inst financ controlada coop crédito	111.552,83	0,00
TOTAL	1.298.180,25	1.101.708,77

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015	Taxa Depreciação
Instalações	165.839,59	61.785,59	10%
Móveis e equipamentos de Uso	680.214,11	518.477,76	10%
Sistema de Comunicação	32.841,71	28.759,84	10%
Sistema de Processamento de Dados	963.056,12	662.264,10	20%
Sistema de Segurança	310.868,22	177.771,00	10%
Sistema de Transporte	29.490,00	29.490,00	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-996.778,81	-799.724,41	
TOTAL	1.185.530,94	678.823,88	

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Outros Ativos Intangíveis	488.817,64	461.654,03
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-326.870,23	-277.972,95
TOTAL	161.947,41	183.681,08

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 11 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em julho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31/05/2019, o direito de uso do SISBR.

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Gastos em Imóveis de Terceiros	269.791,24	269.791,24
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	182,17	182,17
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-205.150,00	-188.683,37
TOTAL	64.823,41	81.290,04

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Depósito à Vista	12.170.646,49	9.297.617,75
Depósito a Prazo	45.698.574,48	36.166.207,63
TOTAL	57.869.220,97	45.463.825,38

Os depósitos, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2016	% Carteira Total	30/06/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	1.069.506,39	2,00%	979.195,38	2,00%
10 Maiores Depositantes	6.434.806,47	11,00%	5.132.525,49	11,00%
50 Maiores Depositantes	14.574.276,37	26,00%	11.964.537,50	27,00%

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2016	30/06/2015
BANCOOB	9.5% a.a + TR	Diversos	448.257,26	586.144,40
TOTAL			448.257,26	586.144,40

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Resultado De Atos Com Associados (a)	122.628,31	39.786,19
Resultado De Atos Com Não Associados	150,21	236.007,92
Cotas De Capital A Pagar (b)	38.703,70	16.376,62
TOTAL	161.482,22	292.170,73

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para impostos e contribuições/lucros	50.021,30	31.703,07
Impostos e contribuições a recolher	137.395,32	114.383,88
TOTAL	187.416,62	146.086,95

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Cheques Administrativos (a)	1.115,18	3.819,96
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	49.045,46	930,01
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	23.051,50	7.299,61
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (b)	694.202,52	642.112,02
Provisão Para Passivos Contingentes (c)	73.071,22	57.400,00
Credores Diversos – País (d)	153.533,68	77.269,22
TOTAL	994.019,56	788.830,82

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 30/06/2016.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com pessoal (R$558.561,53), água/energia (R$10.675,57) alugueis (R$40.253,57), comunicação (R$7.381,68) e seguro (R$59.294,33), provisão despesas com cartões R$17.063,85, provisão despesa com domicílio bancário R$922,81, comissões R$5,78.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Interposições Fiscais e trabalhistas e Garantias Prestadas:

Descrição	30/06/2016		30/06/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição De Outros Recursos Fiscais		1.173,96		0,00
Para Interposição De Recursos Trabalhistas	57.220,80	7.956,63	56.750,00	6.438,89
Outros	15.850,42	0,00	650,00	439,04
TOTAL	73.071,22	9.130,59	57.400,00	6.877,93

(d) Refere-se a pendência a regularizar (R$3.832,70), diferença de caixa (R$5.479,78), repasse empréstimo consignado (R$10.593,71), pendência a regularizar Bancoob (R$264,50), crédito de terceiros R$(472,63) cobrança a processar (R$641,15), cheques descontados (R$118.198,95) refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação porém não baixados até a data-base de 30/06/2016; credores diversos (R$14.050,26).

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICENM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para

disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No 1º semestre de 2016, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 602.417,54 com recursos provenientes do SICOOB Cotas Partes .

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Capital Social	8.098.131,94	6.920.351,02
Associados	12.740	11.278

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão

Destina-se em suportar obras para melhoria ou adaptação da infraestrutura das instalações físicas da Matriz e Postos de Atendimento – PA´s já existentes, além da abertura de novos, reforma e ampliação em imóveis de terceiros, alinhamento tecnológico com as exigências do mercado, adequação aos padrões estruturais e de programação visual do SICOOB Confederação, entre outras aplicações afins, sempre em benefício da melhoria dos resultados financeiros da Cooperativa, considerando que, os ambientes físicos adequados às exigências proporciona maior eficiência operacional e administrativa, favorecendo o posicionamento concorrencial e por consequência o resultado operacional, a melhoria da segurança e a expansão da Cooperativa não só em espaços físicos, mas em número de Associados e melhor atendimento. Verificado saldo na conta ora criada como "Reserva para Expansão" ao final deste semestre de 2016, os recursos remanescentes serão destinados às "sobras" à disposição da próxima Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2017.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	207.572,16	183.717,04
Rendas De Empréstimos	3.597.300,36	2.623.697,41
Rendas de Títulos Descontados	1.158.071,85	989.496,60
Rendas De Financiamentos	49.929,58	80.076,61
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	10.152,74	13.697,48
Rendas De Prestação De Serviços	1.910.922,44	1.282.221,60
Outras Receitas Operacionais	2.110.714,99	1.639.117,91
TOTAL	9.044.664,12	6.812.024,65

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	-2.759.701,60	-1.912.164,70
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-10.228,27	0,00
Despesas Administrativas	-4.367.317,25	-3.799.291,54
Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais	-444.740,76	-322.579,19
Outras Despesas Operacionais	-219.467,01	-92.256,56
TOTAL	-7.801.454,89	-6.126.291,99

19. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	19.074,70	0,00
Outras Receitas Não Operacionais	6.276,77	7.627,17
Outras Despesas Não Operacionais	-17.396,48	-1.701,85
Resultado Líquido	7.954,99	5.925,32

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
TOTAL	461.989,13	1,44%	2.190,55
Montante das Operações Passivas			
TOTAL	685.355,02	1,18%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2016:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10.066,56	88,66	0,03
Conta Garantida	12.277,75	122,77	0,04
Empréstimo	362.183,53	3.905,22	1,13
Títulos Descontados	77.463,89	73,90	0,24

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
584.134,08	1,01	90% a 100%CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	0,99% a 7,97%	0,99% a 7,97%
Conta Garantida	0,99% a 7,53%	0,99% a 7,53%
Desconto de Cheques	2,39% a 4,90%	2,39% a 4,90%
Empréstimos	1,90% a 3,29%	1,90% a 3,29%
Aplicação Financeira	90% a 100% CDI	90% a 100% CDI

No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R$)	
Honorários	188.971,29
Seguro Vida	435,00
Plano de Saúde	1.933,58

21. Cooperativa Central - Sicoob Central Cecremge

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENM, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO MG - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICENM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26/02/2016, com opinião sem modificação.

22. Gerenciamento de Risco

22. 1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CREDICENM objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDICENM aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do SICOOB CREDICENM consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria continua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC), tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas no SICOOB CREDICENM sob a supervisão do SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CREDICENM possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDICENM objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDICENM aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDICENM possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CREDICENM objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDICENM aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDICENM possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDICENM objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB CREDICENM aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo continuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$2.376.439,00, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R$ 12.578.766,41, em 30 de junho de 2016.

Guanhães, 29 de julho de 2016.

Carla Maria G. C. Generoso
Diretora Administrativa e de Desenvolvimento

Dilma Miranda Leal Cardoso
Diretora Financeira e de Coordenação

Geraldo Wagner Viana Cabral
Diretor de Relações Sociais

Vera Cardoso Nunes
Contadora – CRC nº: MG105273/O-4